



MUNICÍPIO DO BARREIRO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DELIBERAÇÃO Nº 55/2019

Em defesa dos transportes públicos VOTO DE PROTESTO

O passe único na Área Metropolitana de Lisboa (AML) que entrou em vigor a 1 de Abril deste ano, foi uma revolução na vida de milhares de famílias acabando com os passes combinados nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Quer a população da margem sul queira viajar com a Fertagus, a Transtejo/Soflusa, a TST ou os TCB, o passe custa exatamente o mesmo. Esta medida mudou a vida das pessoas tanto no seu dia-a-dia como no seu orçamento familiar e promoveu uma política de mobilidade, de uso de transportes públicos em substituição do automóvel particular.

Contudo, para acompanhar esta medida é necessário investimento nos transportes públicos. De que serve o passe quando não há barco, comboio ou autocarro. As operadoras que já funcionavam de forma precária e sem resposta adequada funcionarão ainda pior com o aumento de milhares de passageiros.

Infelizmente, palco desta realidade tem sido o rio Tejo, as gentes do Barreiro e dos concelhos limítrofes.

Na madrugada de dia 10 de maio (sexta feira), 180 pessoas que se preparavam para regressar a casa no último barco que faz a ligação entre Lisboa e o Barreiro não o conseguiram fazer pois os serviços de ligação fluvial prestados pela empresa Soflusa foram suprimidos, não havendo transportes entre a meia-noite e às 7h30 da manhã devido à falta de mestres. Como a Soflusa não conseguiu encontrar solução, cerca de 20 desses passageiros passaram a noite no terminal do Terreiro do Paço.

Este é um episódio de enorme gravidade, sendo um claro exemplo da degradação dos transportes públicos. As constantes supressões de barcos nas travessias de Lisboa para Cacilhas, Trafaria, Barreiro, Montijo, Seixal e vice-versa, chegam a 40 por dia só neste último mês, avarias e falta de pessoal têm sido um enorme obstáculo à política de mobilidade e de qualidade de um serviço público que tem de ser prestado à população.

O problema é o número insuficiente de trabalhadores marítimos e comerciais. Esta situação de caos foi resultado de anos de desinvestimento público e cortes cegos durante o governo PSD/CDS que mandatou a anterior administração para uma estratégia de privatização da Transtejo e Soflusa.

Apesar da atual maioria parlamentar ter impedido a privatização das duas empresas, o governo acordou demasiado tarde para o estado de cataclismo dos transportes que fazem a travessia do Tejo. Não é compreensível que o concurso para novos navios, e unicamente para a Transtejo, só tenha sido lançado em 2019.

Sabemos que os navios da Soflusa estão dentro do período de vida útil, mas é imperioso começar a preparar desde já os estudos para renovação planeada e gradual da frota.

Assim como a autorização para contratações, mesmo assim insuficientes, bem como a decisão de promover mestres para a Soflusa só tenha acontecido depois de se terem verificado situações inaceitáveis no serviço à população, que só não chegaram a confrontos físicos graves, porque as pessoas tem muita paciência, mas não sabemos até quando.

A condição destes transportes e do seu serviço já era conhecida há muitos anos.

É importante ter em conta que o contrato de serviço público terminou em 2014 e não foi renovado, apesar dos anúncios do governo. Sem esta negociação, nem a Soflusa está obrigada ao serviço público, nem a administração da empresa tem autonomia para investir, contratar ou reparar navios sem pedir autorização ao Governo.

Rejeitamos a estratégia seguida pelos sucessivos governos PSD/CDS e reiteramos a urgência com que este governo deve tomar as diligências necessárias para resolver o problema e dignificar o serviço público de transportes. É uma exigência da população, assim como uma peça fundamental para o desenvolvimento económico e para a coesão social.

A população do Barreiro exige aos governantes e aos autarcas que tomem posição sobre este problema que afeta as suas vidas. Assim, Bloco de Esquerda recomenda:

Tendo em conta a importância do serviço de transporte público para a população do Concelho do Barreiro e os prejuízos causados a esta população pela supressão sistemática de carreiras da Soflusa, a Assembleia Municipal do Barreiro delibera:

1. Expressar publicamente uma posição de preocupação e protesto pelo estado atual do serviço de transportes fluviais;
2. Alertar o Governo para a necessidade urgente de resolver a situação dos serviços de transportes públicos fluviais;
3. Exigir que o Governo autorize de imediato a contratação dos trabalhadores em falta na Soflusa;
4. Recomendar à Camara, que proceda a todas as diligências junto do Governo e da Soflusa, para a normalização da operação diária do transporte de passageiros entre o Barreiro/Lisboa/Barreiro.

Aprovado por unanimidade.

Barreiro, 26 de junho de 2019

O Presidente da Assembleia Municipal do Barreiro,



André Pinotes Batista